



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 13 | Nº. 25 | Jul./Dez. de 2021

**Caroline Rios Costa**

*Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ*

carolriosc@gmail.com

## A RESISTÊNCIA TAMBÉM TEM ROSTO DE MULHER: A atuação política de mulheres na ditadura militar brasileira.

---

### RESUMO

O presente artigo pretende indicar diferentes tipos de atuação e resistência feminina durante a ditadura. O intento é demonstrar a pluralidade de atuações políticas femininas em tal contexto, e suas importantes participações nas disputas frente ao regime. Assim, através de uma análise do que significava ser mulher e militar politicamente, objetiva-se resgatar tais memórias frente às lutas deste tempo.

**Palavras-chave:** Resistências. Mulheres. Atuação política. Ditadura militar brasileira.

## RESISTANCE ALSO HAS A WOMAN'S FACE: Women's political performance in brazilian military dictatorship.

---

### ABSTRACT

This article intends to indicate different types of female action and resistance during the dictatorship. The intention is to demonstrate the plurality of women's political actions in this context, and their important participation in disputes against the regime. Thus, through an analysis of what it meant to be a woman and to be politically active in the military, the objective is to rescue these memories in light of the struggles of this time.

**Keywords:** Resistances. Women. Political performance. Brazilian military dictatorship.

Com a efervescência política dos anos 1960 e o conseqüente golpe militar ocorrido em 1964, foi instaurando um governo de caráter autoritário e repressivo no país. Assim, houve o fortalecimento de uma articulação de grupos de resistência<sup>1</sup> e oposição a este regime, fosse através de partidos, como de movimentos sociais, grupos formados dentro das universidades e de dissidências entre as esquerdas. Neste cenário, mulheres de diferentes posições sociais se aliaram a esses grupos e também fora deles. Em virtude de uma imagem social criada sobre a mulher e a feminilidade, a ideia de que elas pertenciam ao mundo privado do lar e da família, essas militantes, dos mais variados organizações, tiveram mais autonomia para atuar nas ações de campo de seus coletivos. Isso se deveu ao fato de não serem a primeira imagem de ator político imaginado pela repressão<sup>2</sup>. Envolvidas em afazeres internos de seus coletivos, realizando ações de rua ou mesmo engajando-se na luta armada, é indubitável que elas de fato estiveram lá por todo o período.

Para tanto,

ao longo da história do Brasil, a luta de resistência das mulheres é recorrente. Durante a ditadura civil-militar, implantada com o golpe de 1964, as mulheres também foram protagonistas, como militantes da resistência e como organizadoras da sociedade civil para o retorno do país à democracia. Ao homenagear mulheres brasileiras que resistiram à tirania do poder e o enfrentaram, resgata-se a memória de acontecimentos singulares e iluminam-se lacunas ainda existentes em nossa história" (MERLINO, OJEDA, 2010, p. 28).

Apesar de sua importante e relevante participação, elas não estão refletidas em noções numéricas. Contudo, isto não configura em nenhum momento como fato de desqualificação ou de "segundo plano" na atuação dessas mulheres. A menor

---

<sup>1</sup> Entenderemos o conceito de resistência como algo que "[...] pode ser qualquer tipo de ação, individual ou coletiva, realizada contra um governo, uma instituição, uma lei, uma ação repressiva. Para Foucault, toda relação de poder traz consigo uma ação de resistência, que lhe é mesmo intrínseca e inseparável, destacando o caráter relacional de toda relação de poder. [...] Esta noção de resistência como um amplo leque de ações e movimentos contra uma ditadura, tirania, ou regime de exceção é usada por todo o mundo por historiadores, cientistas sociais e outros em contextos muito diversificados. [...] utilizar esta noção de resistência para incluir a guerrilha, os movimentos de direitos humanos e mesmo as organizações de familiares de presos e desaparecidos, assim como também outros tipos de movimentos, como associações profissionais e partidos de oposição no contexto das ditaduras do Cone Sul" (WOLFF, 2018, p. 269).

<sup>2</sup> Acerca do tema, há uma discussão entre público e privado, em que "[...] a noção de "esferas separadas", uma separação que tem como funções essenciais interditar o acesso das mulheres ao universo político e introduzir um "duplo padrão" sexuado no outro domínio público, o do mercado de trabalho" (LAMOUREUX, 2009, p. 210). Devido à forte separação entre essas esferas, o lugar "primordial" e de maior participação da mulher era o âmbito privado, as próprias militantes reconheciam a ruptura entre a expectativa do que deveriam ser (donas de casa) e o que realmente eram (militantes organizadas). Tanto que há a seguinte percepção: "O fato de ser mulher me tornava menos suspeita, tendo em conta os preconceitos que existem na sociedade a respeito da mulher, a quem dificilmente se associa com uma revolução armada" (TELES, LEITE apud TELES, 2014, p.16).

presença ou mesmo ausência nos dados é também um dos modos do reflexo de invisibilização da mulher no espaço público e a necessidade de produção de um campo epistemológico comprometido com o recorte feminino/feminista.

Para além da militância formalmente engajada dentro de partidos e organizações políticas, as mulheres poderiam se manifestar politicamente de outras maneiras. Uma delas é na formação do movimento de familiares de presos e desaparecidos políticos, composto principalmente mães e esposas (TELES, 2010), que será observado na segunda parte do artigo. Aliando ao papel do cuidado e de responsáveis pela família, elas passaram a requerer do estado onde estavam e o que havia acontecido com seus parentes militantes. O dever de memória daqueles que se foram ficaram a cargo das mulheres da família, que mantiveram seu engajamento inclusive após o fim da ditadura.

Na última seção deste texto, será analisada a participação de mulheres que eram não ligadas à grupos de resistência ou parentes de militantes, mas que mesmo desvinculadas deste cenário, se colocaram publicamente. Neste panorama, há uma infinidade de exemplos, como: a luta pela anistia na segunda metade dos anos 1970; o desenvolvimento do movimento feminista nesta época; e a articulação de movimentos sociais voltados para pautas frequentes no universo feminino, como a luta “contra a carestia” (BLAY, 2017, p. 75), e políticas públicas reprodutivas e de assistência. Em uma espécie de interseção entre tais fatores, a inserção do feminismo foi um motor e um agregador da luta feminina, se tornando um dos principais atores sociais na segunda metade da década nos debates sobre a anistia e políticas de Estado voltadas para esse segmento (BLAY, 2017, p. 77).

Em meio às análises das três abordagens, haverá uma breve análise de casos, na intenção de realçar tais narrativas e demonstrar a pluralidade da presença feminina nos mais diversos espaços e manifestações.

### **O cuidado e a memória como questões femininas: a atuação de familiares de presos, mortos e desaparecidos políticos**

Desde antes do golpe em 1964, já havia casos de mortes e desaparecimentos provocados pelo estado por razões políticas, como comprovado pela Comissão Nacional da Verdade (2014). Após 1964, e especialmente durante os “anos de

chumbo”<sup>3</sup>, o número de pessoas que subitamente deixavam de existir para se tornarem mortas ou desaparecidas cresceu consideravelmente. O ápice se deu principalmente na primeira metade dos anos 1970, quando

[...] naquele ano de 1973, verificou-se um significativo aumento na quantidade de desaparecidos políticos no país. [...] Diminuíam os assassinatos mascarados pela versão de suicídio ou tiroteio e surgia com força a figura do desaparecido: não havia mais a notícia da morte, um corpo, atestado de óbito - essas pessoas perderam seus nomes, perderam a possibilidade de ligação com seu passado, dificultando a inscrição dessa experiência na memória e o trabalho de luto. [...]. Em 1974, [...] 54 militantes desapareceram e sabe-se apenas do registro de um “morto oficial. [...] Continuaram, contudo, as simulações de suicídios e mortes em tiroteio (TELES, 2010, p. 259-260).

Com isso, formou-se uma outra categoria de pessoas atingidas pela repressão da ditadura: a de familiares de mortos e desaparecidos políticos. Coube a essas pessoas, na maioria das vezes mães e esposas, denunciar a arbitrariedade cometida pelo Estado, procurar desvendar o que aconteceu, onde estavam seus parentes e demandar respostas. Iam atrás de informações em batalhões, delegacias, hospitais e cadeias, procuravam vestígios de qualquer elemento que os ajudassem a esclarecer a sua condição de seus parentes. Também foram responsáveis por abrir processos jurídicos, fosse dentro do Brasil, através do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), ou internacionalmente, como na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH-OEA).

O aumento do número de prisões, assassinatos e desaparecimentos de militantes fez com que familiares passassem a se reunir e criar grupos. Encontrado em diversos estados, especialmente ao longo dos anos 1970, tal mobilização serviu também para a luta pela preservação da vida dos presos políticos. Em alguns locais, esses núcleos contavam com apoios substanciais. Um deles foi o coletivo da cidade de São Paulo, cujas reuniões ocorriam dentro da Cúria Metropolitana com o apoio e influência de Dom Evaristo Arns, importante religioso opositor do regime e redator do projeto "Brasil: Nunca mais", de 1985. Muitas vezes, as buscas empreendidas eram majoritariamente femininas pois

[...] mulheres, mães, esposas e companheiras (que) iam às portas das prisões exigindo o paradeiro dos filhos, filhas, maridos, companheiros. A

<sup>3</sup> Aqui consideraremos o recorte 1969-1974. A data inicial é a da instauração do AI-5, que apesar de ter sido em dezembro de 1968, tal mecanismo só se consolidou de fato em 1969; e o fim em 1974 é marcado pelo anúncio da abertura “lenta, segura e gradual” do governo de Ernesto Geisel.

idealizada relação mãe/filho, tão valorizada no imaginário brasileiro, provocava impacto sobre os guardiões das prisões e não apenas neles. Não chegamos a ter as Mães da Praça de maio como na Argentina, mas a “figura da mãe”, tão endeusada em prosa e verso, provocava certamente efeito emocional [...] (BLAY, 2017, p. 76-77).

O reconhecimento dos nomes presentes nas listagens de mortos e desaparecidos políticos pelo regime se deu em grande parte pela atuação desses parentes. Eram eles que acrescentavam o nome de seus entes em relatórios, iam a órgãos oficiais no Brasil e no exterior pedir ajuda e divulgavam de maneira pública o ocorrido e sua busca. O processo empreendido por esses familiares pode ser dividido em dois momentos. Inicialmente, seus objetivos eram encontrar seus parentes com vida, promover o reencontro e tomar conhecimento dos fatos de sua prisão ou acusação. Porém, com o passar do tempo e a diminuição das chances de os encontrarem vivos, passaram a buscar um reconhecimento oficial do Estado, os restos mortais e se tornavam responsáveis pela memória daqueles que se foram.

Inseridas em uma sociedade patriarcal e religiosa, onde o lugar da casa, do cuidado e a noção quase sagrada da maternidade deveriam ser ocupados pelas mulheres, era quase impossível que os movimentos de familiares não tivessem massiva presença feminina. Apesar do fato de tais movimentações também serem compostas por pais, avós, irmãos, tios, com presença masculina, a cara era majoritariamente de mulheres. A elas também era imputada a carga do cuidado *post-mortem*, este agora sem prazo de duração final. Enquanto mães e esposas, era quase um dever social a ser cumprido que elas continuassem buscando pelos homens que de fato atuavam no cenário público e político. Eram as primeiras a iniciar a busca logo após o sumiço, a fazer o circuito dos locais da repressão e “morte”, quem se comunicavam ou recebiam contato de pessoas com alguma informação, e se tornaram os rostos por trás de uma série de embates de memórias de mortos e desaparecidos. Além disso, em virtude da ausência, elas também saíam de casa pela necessidade de se tornarem o novo arrimo da família.

No caso de mães especificamente, como muitas delas não estavam envolvidas com qualquer atuação política como seus filhos, sua entrada neste universo se deu após a ausência deles. Antes disso, seus papéis sociais eram essencialmente o de mãe, responsável pelos cuidados da casa e dos membros de sua família, tendo o lar como seu local primordial. Quando se alterava a dinâmica familiar através da morte ou desaparecimento, sempre brutal e com fator ideológico,

a ruptura causada era irreversível. Tal acontecimento muitas vezes acabava fazendo com que, antes reservadas ao espaço privados, elas passassem a ocupar pública e politicamente as ruas. De certo modo, estas senhoras, muitas na casa dos 50 anos de idade ou mais, “nasceram” politicamente paridas por seus filhos que se foram. Simbolicamente, “Esta última perspectiva anunciava aquilo de ‘serem paridos por seus próprios filhos’, formulação que atestava a brutal repressão do estado terrorista no investimento forçado das afiliações e genealogias ‘naturais’” (D’ANTONIO, 2007, p. 289, tradução nossa)<sup>4</sup>.

Para aquelas e aqueles cujos parentes eram considerados desaparecidos políticos, a luta iniciada quando eles sumiram é continuada pelo resto de suas vidas. A impossibilidade do luto pela ausência do corpo, a demora do reconhecimento e responsabilização do Estado pelo trágico desfecho que essas pessoas tiveram, além de uma memória “oficial” que deixava o passado da ditadura “para trás”, inviabilizavam a chance de continuidade do seu papel social anterior a isso.

Neste sentido, há inúmeros processos de destaque no cenário brasileiro que foram protagonizados por viúvas, mães, irmãs e filhas de desaparecidos políticos, mas também por famílias inteiras, que travaram processos contra o Estado brasileiro a fim de que este reconhecesse sua participação na morte e sumiço de seus parentes. Serão realçados aqui os casos Mata Machado e Guerrilha do Araguaia.

Em 1973, o estudante de direito José Carlos Novaes da Mata Machado (1946-1973) foi preso e assassinado sob tortura no DOI-CODI de Recife. José Carlos era membro de uma importante família mineira, e seu pai era ex-presos político do Estado Novo e da ditadura militar, além de parlamentar cassado pelo AI-5. Devido à influência do sobrenome e os contatos que a família possuía, o pai Edgard e a mãe Yedda denunciaram amplamente o caso dentro e fora do país, com contatos em grandes jornais nacionais e internacionais, e figuras políticas importantes do cenário brasileiro e global. Graças a isso, o corpo de José foi retirado da vala clandestina do cemitério Dom Bosco, em Perus/SP, onde foi enterrado com indigente e devolvido à família algumas semanas depois da morte do militante. Posteriormente, Yedda e uma das irmãs de José, Edite, foram importantes nomes

---

<sup>4</sup> “Esta última perspectiva anunciava aquello de “ser paridos por sus propios hijos”, formulación que atestiguaba la brutal represión del estado terrorista en la inversión obligada de ‘naturales’ filiaciones y genealogías.”.

dentro do núcleo mineiro do Movimento Feminino pela Anistia, no qual Yedda foi inclusive convidada a ser presidente (TEIXEIRA, 2019, p. 105-107).

O caso Araguaia é uma ação proposta em 1982 por 22 familiares de militantes desaparecidos na Guerrilha do Araguaia, ocorrida nos estados do Pará, Maranhão e Goiás (hoje Tocantins) entre 1966 e 1974. O processo teve duração de mais de vinte anos, tendo tramitando até 2007. Por se tratar de um acontecimento envolvendo dezenas de vítimas, com as mesmas alegações e elementos, houve um enorme número de familiares pleiteando ações muito similares. Com isso, tanto na instância federal quanto internacional, tais processos foram anexados uns aos outros, transformando-o assim em um grande processo judicial, com vários requentes, e tratava de uma mesma questão comum, a Guerrilha do Araguaia, que acabou por dar nome aos processos. Os familiares pleiteavam o direito à verdade, a localização das sepulturas clandestinas, atestados de óbito e o translado dos restos mortais dos guerrilheiros. Após idas e vindas e o esgotamento de recursos por parte do Estado, este foi finalmente reconhecido como culpado e deveria cumprir as ordens judiciais impostas. Mesmo assim, o Estado brasileiro continuou criando dificuldades para a abertura de informações e documentos do período. Em função da demora do processo, em 1995, já sob uma democracia, os familiares propuseram uma petição à CIDH/OEA que foi acatada somente em 2009. Na CIDH, o processo ganhou o título de “Gomes Lund e outros (‘Guerrilha do Araguaia’)”<sup>5</sup>, e o sobrenome que o identifica vindo exatamente de um caso aberto por uma mãe.

Tais contextos demonstram a participação feminina decisiva no que se conhece e em como se desenvolveu a luta de familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. Não há com desassociar a idealização do cuidado como uma função essencialmente da mulher com o andamento dos embates de memória sobre a ditadura quando o personagem principal é alguém ausente. A ideia de que uma mãe, mas também que uma esposa devotada, é capaz de fazer de tudo por sua família se refletiu na conversão destas mulheres em atores políticos durante a ditadura e mesmo após seu fim.

---

<sup>5</sup> Sentença completa disponível em:  
[https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec\\_219\\_por.pdf](https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf).

## A política com rosto de mulher: a participação na militância formalmente engajada

Com o acirramento dos ânimos políticos, a oposição se estruturou ao redor de forças populares e organizações políticas, que ficaram clandestinas especialmente em seu período mais violento. Eram nesses grupos que as militantes na luta contra a ditadura se reuniam, e mesmo que muitas vezes não ocupassem cargos de comando, poderiam desempenhar funções similares a dos homens, criar locais de afirmação e novas formas de fazer política. Contudo, elas também poderiam ser relegadas a tarefas internas dos aparelhos, como limpeza, cuidado, organização e funções que reforçavam um determinado lugar social da mulher que em muito poderia se assemelhar à visão conservadora “externa”. Para a sociedade e o regime,

O destino que a sociedade propõe tradicionalmente à mulher é o casamento. [...] é em relação ao casamento que se define a celibatária [...] o casamento é seu ganha-pão e a única justificativa social de sua existência. É a ela imposto a duplo título: ela deve dar filhos à comunidade [...] O encargo que a sociedade impõe à mulher é considerado como um *serviço* prestado ao esposo [...] (BEAUVOIR, 2019, p. 185-187).

Para a ex-militante e presa política Suzana Lisboa<sup>6</sup>, "uma guerrilheira teria mais facilidade de sair em uma ação militar e se confundir na multidão. As mulheres tinham mais facilidade de obter documentos falsos. Não precisavam de atestado de reservista." (SÃO PAULO, 2014, p. 17). A entrada significativa de mulheres em movimentos sociais, organizações, partidos e coletivos de oposição demonstram uma ruptura no ideário do que consistia ou deveria ser uma mulher, além de uma profunda demonstração de autonomia e tomada do espaço público. Desse modo,

As mulheres militantes participavam igualmente da concretização das tarefas políticas e militares, o que talvez tenha sido a grande novidade da época. De qualquer forma, as atividades domésticas recaíam mais sobre as mulheres. O comando era sempre dos homens, mesmo que as mulheres tivessem desempenho igual ao dos homens. Eram eles que estavam nas direções das organizações, com raríssimas exceções, mas as mulheres agiram com coragem e criatividade. Dessa vez as mulheres não precisavam vestir-se de homem para ir à guerra como fez Maria Quitéria em outros tempos. [...] Muitas chegaram a ser citadas pelos agentes da repressão, que eram pegos de surpresa ao se defrontarem com mulheres dispostas a enfrentar o inimigo com tanta ousadia e destreza. Eles se assustavam com o fato de que essas mulheres rompiam, sistematicamente, com os papéis sociais que lhes eram e ainda são impostos de submissão, dependência, falta de decisão e coragem (SÃO PAULO, 2014, p. 17).

---

<sup>6</sup> Lisboa fazia parte da Aliança Libertadora Nacional (ALN), criado em 1968 e que aderiu à luta armada como prática de resistência.

A subversão dos padrões esperados para uma mulher era, de certa maneira, feita duas vezes. A primeira é quando se colocavam em oposição frontal ao local social da mulher enquanto dona de casa, um ser que deveria cumprir a função de mãe e esposa, no qual o espaço privado era seu local primordial. A ruptura aqui é com a estrutura patriarcal, de forma mais abrangente. O segundo momento era quando, já militando formalmente, em grande parte do campo das esquerdas, tais ideais de mulher e feminilidade eram reproduzidos, visto que “embora fosse um partido progressista, nele a hierarquia nas relações de gênero assemelhava-se à da sociedade brasileira moldada pelo patriarcado com forte herança escravocrata” (BLAY, 2017, p. 73). Ao invés de serem responsáveis por cuidados de casa tais como limpeza e alimentação, pelos companheiros e um lugar de comando hierarquicamente inferior ao dos homens porque era “seu dever” enquanto mulher, a justificativa agora era em prol da revolução. Contudo, nem mesmo a reprodução de condicionantes já conhecidos em suas militâncias impediram ou diminuíram a participação decisiva e fundamental de mulheres como opositoras do regime.

Mesmo dentro de uma sociedade patriarcal, várias mulheres se engajaram, inclusive na luta armada. Ao fazerem tal escolha, elas tinham em mente a possibilidade de caírem nas garras da repressão. Quando isso ocorria, acabam por encontrar um tratamento duplamente violento. A repressão dos porões agia sobre elas por serem militantes de esquerda organizadas e por serem mulheres<sup>7</sup>.

A escolha consciente de subverterem os papéis a elas atribuídos, ocupar o espaço político público tradicionalmente masculino, se localizarem ideologicamente à esquerda, e se colocarem de maneira contundente contra o regime imposto fazia com que a violência por elas recebida tivessem contornos específicos. Dessa forma, “As mulheres foram alvo sistemático de violações sexuais. A prática de estupros e abortamentos forçados foi corriqueira, nas sessões de tortura, quando se tratou de repressão política violenta contra as militantes de esquerda” (TELES, 2014, p. 14).

É necessário atentar que a repressão brasileira era extremamente violenta, mesmo sob uma pretensa camada de “legalidade”. A aplicação de torturas físicas,

---

<sup>7</sup> Em trabalhos anteriores, foi levantada a leitura de que uma mulher que unia a militância à maternidade quando caía nas garras da repressão sofria uma violência tripla: por ser militante, por ser mulher e por ser mãe. Tal abordagem se deve ao fato de que a maternidade (de filhos já nascidos ou em gestação) eram usados como instrumento de tortura psicológica contra essas mulheres, além da ocorrência de torturas físicas específicas que afetavam experiências como a de gestação e amamentação. Para mais, ver COSTA, Caroline R. 'Ser mãe na ditadura' - afeto e política caminham de mãos dadas. IN: *Outras Fronteiras: Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMT*. V. 8, p. 138-162, 2020.

morais e psicológicas fazia parte do *modus operandi* da ditadura, e em sua realização, os ideais de moral, bons costumes e comportamentos pré-determinados de como ser portar socialmente se viam refletidos. É por isso que a tortura e as estruturas do aparato repressivo eram compostas por traços políticos e ideológicos, mas também critérios sociais e comportamentais. Assim, é necessário pensar que é “[...] também, violência de gênero. [...] ora, o que é o corpo da mulher para o patriarcado senão objeto de controle? [...] quando se tortura uma mulher, não tortura um indivíduo neutro, sem gênero; tortura uma mulher” (MONAY, 2017, p. 54).

Apesar de pouco lembradas perante a figura tradicional e enraizada no senso comum do ser militante, e lembradas em “segundo plano” quando se fala sobre os mortos e desaparecidos políticos<sup>8</sup>, elas estiveram lá. Tal qual seus companheiros de luta, atuaram e se posicionaram de maneira firme, além de possuírem trajetórias tão heroicas e combativas como eles. O reconhecimento da participação feminina e a necessidade de manutenção dessa memória ganha cada vez mais espaço, seja através de obras sobre o tema, a existência deste recorte em projetos de memória e verdade e o número crescente de núcleos e pesquisas universitárias<sup>9</sup>. Uma delas, feitas sob a jurisdição de um projeto de memória feito pelo Estado brasileiro é o livro "Luta, substantivo feminino". Em grande parte dessas obras, são apresentadas biografias de militantes ou análises de elementos da militância de mulheres que vivenciaram a experiência da luta e consequente repressão do Estado, mostrando sua participação na história do período. Para ilustrar tal participação e a pluralidade de possibilidades, alguns casos serão apresentados com maior destaque.

O primeiro caso é o de Helenira Resende de Souza Nazareth (1944-1972), militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) que iniciou sua trajetória política no movimento estudantil, aonde era conhecida como "Preta" na Universidade de São Paulo (USP)<sup>10</sup>. Foi presa diversas vezes ao longo dos anos 1960, passando pelos presídios Tiradentes e Carandiru, e pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), todos eles em São Paulo. Durante tais prisões, Helenira foi vítima de

---

<sup>8</sup> O Brasil reconhece hoje a participação do Estado na morte ou desaparecimento de 434 pessoas entre 1946 e 1988. Desde montante, pouco mais de 10%, um total de 49 nomes, são de mulheres.

<sup>9</sup> Alguns exemplos são o Núcleo de Estudos de Gênero Pagu (UNICAMP), Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (Neim/UFBA), Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (Nepem/UFMG), e o Núcleo de Estudos de Sexualidade e Gênero (Neseg/UFRJ).

<sup>10</sup> Sua participação no movimento estudantil vem desde que era secundarista. Já como aluna da USP, foi eleita vice-presidenta da União Nacional dos Estudantes (UNE), entre 1968 e 1970. Uma de suas prisões foi justamente no cerco feito ao Congresso de Ibiúna em 1968, quando já ocupava tal cargo.

torturas, “Fleury recebeu-a com um tapa na cara. Chamou-a de ‘vaca comunista’ e, não conseguindo obter as informações que queria, amarrou-a e praticou nela todo o tipo de tortura e humilhação” (RIBEIRO, 2007, p. 25). Antes da promulgação do AI-5, em 1968, foi libertada através de um *habeas corpus* e passou a viver na clandestinidade. Depois disso, sua militância a levou até a região do Araguaia, onde havia uma guerrilha organizada que pretendia iniciar a revolução nas zonas rurais. Lá, Fátima, como era conhecida, participou do destacamento A, que após sua morte em 1972, passou a se chamar “Destacamento A - Helenira Resende”, o único que tem um nome atrelado. As informações sobre sua morte constam no *Relatório Arroyo*<sup>11</sup>, de 1974 (RIOS, 2017, p. 234-235).

Outra figura de destaque é Crimeia Alice Schmidt de Almeida, ex-militante do PCdoB e uma das poucas sobreviventes da Guerrilha do Araguaia. Nascida em uma família de esquerda, iniciou sua vida política no movimento secundarista. Com o golpe, Crimeia (ainda menor de idade) e sua família tiveram que fugir para o Rio de Janeiro. Foi presa em 1968 e então passou a viver na clandestinidade. Em 1969, se dirigiu para a região do Araguaia, aonde permaneceu até 1972. Sua saída da região da guerrilha se dá em função de sua gravidez. Já em São Paulo, foi sequestrada em estágio avançado de gravidez junto de seus dois sobrinhos, à época com 4 e 5 anos. Mesmo grávida, foi presa, torturada fisicamente e mantida em custódia até o nascimento do seu filho, em fevereiro de 1973. Crimeia passou dois dias presa sozinha já em trabalho de parto, pois lhe foi negada assistência médica, e após o nascimento, seu bebê foi mantido em custódia durante os primeiros meses de vida, nos quais desenvolveu desnutrição e era dopado por tranquilizantes. Hoje, Crimeia é um importante nome na luta por memória, verdade, justiça e reparação. Para tanto, faz parte da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e da União de Mulheres de São Paulo e foi membra da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2014, p. 271-277).

Por fim, a última trajetória resgatada aqui é a de Inês Etienne Romeu (1942-2015). Ex-militante da VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária Palmares), da POLOP (Organização Revolucionária Marxista Política Operária) e da

---

<sup>11</sup> O Relatório Arroyo foi feito por Ângelo Arroyo, importante nome na linha de comando da Guerrilha do Araguaia e membro do PCdoB, e que saiu vivo da região antes de sua aniquilação em 1974, levando consigo uma espécie de “diário da guerrilha”. Nele, contava sobre a formação do grupo, desenvolvimento, membros, atividades e sobre as mortes e prisões acontecidas. Até hoje, o Relatório Arroyo é considerado um dos principais documentos existentes sobre o que foi a Guerrilha do Araguaia.

Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), foi a única sobrevivente da chamada “Casa da Morte”, em Petrópolis/RJ. Em 1971, Etienne foi presa e levada para o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS/SP). Após, foi presa novamente e levada para a “Casa da morte”, onde passou dias encarcerada e sob torturas, inclusive estupros. Tentou o suicídio quatro vezes, sofrendo represálias após cada tentativa fracassada. Etienne só conseguiu sair viva pois “aceitou” um acordo para se tornar agente infiltrada do regime. Quando libertada, foi enviada doente para a casa da irmã, pesando apenas 32 quilos e sob ameaças. Ao ser levada para o hospital nestas condições, foi lhe dada voz de prisão, e permaneceu reclusa até o momento da Lei de Anistia em 1979, ano em que denunciou publicamente a existência da Casa da Morte. Por ser a única sobrevivente do local, se tornou uma peça fundamental para entender como o local funcionava, onde era, e nomes de militantes e de torturadores que passaram por lá. Em 2003, sofreu um atentado dentro de sua casa, que segundo sua família, teria sido planejado e teria envolvimento de ex-agentes da repressão, em virtude da militância de denúncia feita por Etienne durante toda sua vida (MERLINO, OJEDA, 2010, p. 105).

Observando as breves biografias aqui apresentadas, fica nítida a variedade de atuação existente. Além delas, há um sem número de outros tipos de experiências que as mulheres poderiam ter durante a ditadura. É possível perceber diferentes lugares sociais de onde partiam, a forma como se construíram enquanto militantes políticas, e como foi seu encontro com as forças repressivas. Também fica aparente o atravessamento de diferentes vetores para além do gênero, tais como a maternidade no caso de Crimeia ou a raça no caso de Helenira (como se evidencia em seu apelido na USP). A complexidade do que representou ser mulher se traduziu também na pluralidade do que significou e se configurou a militância feminina contra a ditadura militar, uma vez que não só a experiência enquanto mulher, mas também a da própria militância podem ser múltiplas e variadas.

### **Os ventos do movimento feminista dos anos 1970 e a abertura política dos anos 1980**

Com o recrudescimento da repressão, o número de militantes que foram para o exílio, de forma voluntária ou não, aumentou progressivamente, especialmente durante os “anos de chumbo”. Diversas militantes que se exilaram na Europa e nos

Estados Unidos tiveram contato com os movimentos feministas que estavam se articulando nestes locais, mas quem permaneceu no país também pôde perceber as mudanças trazidas no bojo da segunda onda feminista que acontecia no Ocidente<sup>12</sup>.

A década de 1970 é fundamental para entender o movimento feminista brasileiro. Em 1975, a decisão da Organização das Nações Unidas (ONU) de promover este como o "Ano Internacional da Mulher" e o primeiro da "década da mulher", que duraria até 1985, marcou como a era do avanço da pauta das mulheres e do feminismo. Tal decisão influenciou de modo significativo os debates sobre gênero e feminismo, sendo percebido inclusive no Brasil. Aqui, este movimento pode ser lido "como a luta contra o autoritarismo em um cenário de modernização econômica e cultural, elevação do número de mulheres na força de trabalho e no nível educacional e marcado pelo movimento feminista internacional" (BLAY, 2017, p. 77-78). Para a socióloga Cynthia Sarti (2004, p. 37), o feminismo militante surgiu

[...]sobretudo, como consequência da resistência das mulheres à ditadura [...] o caráter radical do feminismo brasileiro foi gestado sob a experiência da ditadura militar [...] A presença de mulheres na luta armada, no Brasil dos anos 1960 e 1970, implicava não apenas se insurgir contra a ordem política vigente, mas representou uma profunda transgressão ao que era designado à época como próprio das mulheres.

Tanto dentro como fora de país, começou a articulação de grupos feministas ou mesmo de mulheres, que faziam oposição às políticas do regime e pautavam o debate da mulher dentro desta discussão. Tal movimentação não estava necessariamente ligada à militância que muitas delas protagonizavam nos partidos e organizações de esquerda contra o regime, mas possuía influências e conexões. Em inúmeras cidades brasileiras, formaram-se tanto pequenos grupos de discussão quanto outros maiores, a maioria deles na segunda metade da década. Alguns deles foram o Centro da Mulher Brasileira (CMB, de 1975), a Frente de Mulheres Feministas (FMF, de 1978), o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA, de 1975) e o editorial Brasil Mulher (de 1975). No exterior, existiram o Grupo Latino-americano de Mulheres em Paris (de 1972), o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris (de 1975) e o Comitê de Mulheres Brasileiras (de 1974). Quanto à imprensa feminista pós-1974, "está marcada pelo debate entre 'questão da mulher' *versus* 'questão geral' [...] por reivindicações de ações públicas que coloquem as mulheres em igualdade com os

---

<sup>12</sup> Cf. PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

homens, pela questão da autonomia partidária e pelo combate à ditadura" (RIOS, 2017, p. 237-238).

Apesar de que uma parte significativa das mulheres que compunham esses espaços se localizava mais à esquerda no campo político e ideológico, essa não era a regra e tinha presença de todos os espectros. Tal fato se dava em função de que "ao mesmo tempo que a questão feminista é um tema progressista por excelência, pois atinge o que há de mais tradicional na sociedade [...] ela obrigatoriamente não é perpassada pela questão política no sentido restrito do termo" (PINTO, 2003, p. 48).

A luta do feminismo se dava também dentro das organizações políticas, contudo de maneira mais complexa. Diversas militantes contam que a pauta da luta feminina era diminuída dentro dos partidos, pois atrapalharia e dividiria o caminho para a revolução socialista, e tal luta só deveria ser pensada após a concretização da revolução. Entretanto, isto não impediu a criação de subgrupos nesses espaços. Nesse sentido, havia uma tensão entre pautas femininas e feministas com aquelas das esquerdas. Assim, pôde ser percebido uma situação um tanto quanto paradoxal: "[...] ao mesmo tempo que teve que administrar as tensões entre uma perspectiva autonomista e sua profunda ligação com a luta contra a ditadura no Brasil, foi visto pelos integrantes desta mesma luta como um sério desvio pequeno-burguês" (PINTO, 2003, p. 45). Também se relacionando a isso, cresce o número de articulações independentes, não-instrumentalizadas e autônomas<sup>13</sup>.

A atuação feminista se fortaleceu após 1975, com um número crescente de grupos e movimentações, se ligando fortemente à pauta da Anistia. Na segunda metade dos anos 1970, esteve na própria articulação na luta pela anistia no país, no qual o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA, criado em 1975) foi o principal foco de mobilização, agregando mulheres da esquerda, apartidárias, familiares de presos e desaparecidos e pessoas que desejavam a abertura do regime.

Ao longo dos meses seguintes à sua criação, o MFPA atingiu cada vez mais espaços, criou uma rede de contatos e expandiu não só sua atuação como a própria defesa da pauta da anistia. Por se pretender apartado da luta político partidária e defender que sua movimentação se dava por um ímpeto de paz, liberdade e justiça,

---

<sup>13</sup> Como mencionado anteriormente, surgiu nesse contexto uma série de núcleos de debate e pesquisa sobre a questão da mulher e de gênero dentro das universidades. Fora delas, houve iniciativas como a criação do Geledés Instituto da Mulher Negra, além de eventos e políticas em função da década da mulher promovida pela ONU.

angariou simpatia e uma maior aceitação pública<sup>14</sup>. O crescimento do grupo “traduzia o esforço de militância do seu núcleo central, mas também o clima político favorável à mobilização de forças do campo oposicionista mais moderado” (LEMOS, 2018, p. 204). Tendo sido um dos pioneiros dessa luta, sua influência gerou a criação dos Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs) e espalhou a pauta pelo país. A movimentação iniciada por elas foi um dos motores responsáveis pela retomada pública das ruas como espaço primordial de reivindicação política, que foi esvaziada após 1968<sup>15</sup>.

O feminismo nos anos 1980, já pós consolidação do movimento, o acúmulo conquistado e com a presença das exiladas da década anterior, tinha consciência da opressão específica da mulher. Foi nesse momento que houve a defesa pública e comum de que "o 'pessoal' é político: todos os temas que afetavam a vida das mulheres e as relações sociais de gênero estavam cristalizados em monumentais determinações políticas, em legislações aparentemente irremovíveis" (BLAY, 2017, p. 86). Assim, mesmo ainda vivendo sob uma ditadura, houve a luta pela inclusão de políticas públicas voltadas para a realidade feminina, como secretarias específicas, criação de associações locais ou de bairro que serviam como ponte entre a população e o Estado, demandas sobre de educação e saúde reprodutiva, e outros.

Durante o momento da transição para a democracia, com a retomada de eleições nos estados e do pluripartidarismo, elas sempre estiveram presentes, inclusive nas discussões de uma futura constituição democrática, o que de fato ocorreu através do chamado "*lobby do batom*" na Constituição de 1988<sup>16</sup>. A partir

---

<sup>14</sup> Tal atuação também poderia ser entendido como um posicionamento ou uma estratégia de gênero. Afinal, a justificativa para sua presença na rua era a paz, a pacificação do país, a defesa de instituições como a justiça, a democracia, a liberdade e o perdão. Ao se colocarem como um movimento apartidário, não ligado nem às esquerdas e nem às direitas, lutando por questões que qualquer boa mulher cidadã poderia se relacionar, conseguiriam angariar uma maior aceitação pública e uma menor chance de se tornarem alvo das ações repressivas do regime.

<sup>15</sup> “Na verdade, a campanha pela anistia foi a primeira campanha política nacional de massas depois do Ato Institucional N. 5. Ela marcou o momento de retomada de manifestações políticas públicas nas principais capitais do país. O estopim foi a prisão de alguns jovens, ligados a organizações de esquerda [...] Com a palavra de ordem «Libertem nossos presos! Agora, já!», estudantes de todo o país realizaram amplos atos públicos em várias universidades e, junto com outros setores da oposição, criaram o Comitê 1º de Maio pela Anistia.” (ARAUJO, 2015, p.72).

<sup>16</sup> O chamado “*lobby do batom*” foi o nome dado à movimentação de 26 parlamentares mulheres que participaram da Assembleia Nacional Constituinte entre 1986 e 1988. Contando com parlamentares de diversos partidos, o objetivo do grupo era abrir o debate e inserir no texto constitucional políticas voltadas para a maternidade, reprodução, combate à violência doméstica, dentre outros. Além disso, também propuseram uma série de demandas em outras áreas, como saúde, educação, moradia, meio ambiente, economia e afins. O principal documento produzido pelo grupo foi a “Carta das Mulheres

deste momento, as mulheres se colocaram cada vez mais como agentes políticas no cenário público, fosse participando das engrenagens dos governos, o engajamento em movimentos sociais ou passando a produzir uma vasta literatura sobre questões de gênero nos escritos do pensamento brasileiro.

### Considerações finais

As mulheres, enquanto seres sociais e diversos, tiveram as mais variadas formas de atuação política, resistência e enfrentamento da realidade durante a ditadura, mesmo que tal fato não apareça no senso comum. É justamente sobre tal questão que o presente artigo pretendeu atuar, pensando uma diversificação da imagem do resistente, ao perceber que as mulheres foram atores políticos diversos presentes nos anos ditatoriais e que sua participação gerou influências significativas. A própria retomada da história das mulheres foi fortemente influenciada pelas demandas do movimento feminista, impulsionando que o campo histórico saísse da marginalidade e passassem a incluir tais narrativas (RAGO, 1995, p. 81)<sup>17</sup>.

Em uma sociedade ainda patriarcal, as mulheres que vão contra a corrente e lutam por mudanças no sistema, para que este inclua minorias, populares e grupos que sempre estiveram alijados destes espaços, merecem que suas memórias não sejam esquecidas ou apagadas. Suas histórias devem estar presentes no imaginário social e na historiografia produzida. Segundo Evelina Dagnino, usando-se do conceito de contrapúblicos subalternos da autora Nancy Fraser, diz que

eles constituem arenas paralelas onde membros dos grupos subalternos inventam e circulam contra esses espaços (...) são *novos modos de fazer política*, que implicam não só em novos arranjos organizacionais, novos procedimentos e mecanismos mas também em novos conteúdos, apontando para uma ruptura - limitada, mas inquestionável - com relação às formas tradicionais de participação política dos setores subalternos (DAGNINO, 2001, p. 79).

Entender que os movimentos de oposição ao regime militar se deram de forma diversa durante seus 21 anos de duração, e que neste bojo, a atuação feminina seguiu o mesmo sentido de continuidade e diversificação é fundamental para melhor compreender as complexidades e realidades presentes no Brasil

---

Brasileiras aos Constituintes”, e nele já constava pautas como a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e a obrigatoriedade do ensino de História da África e cultura afro-brasileira nas escolas.

<sup>17</sup> Cf. COSTA, Albertina de Oliveira; BARROSO, Carmen; SARTI, Cynthia. *Pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto?* In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, p. 109-134.

ditatorial. Inserir a mulher em uma tradição histórica ainda muito masculina é ressaltar sua participação na formação social e tornar visível histórias e experiências que poderiam ser esquecidas ou apagadas. A atuação de grupos e movimentos sociais "extravasa os limites físicos [...] e têm um componente importante nas relações interpessoais [...] estabelecendo uma capilaridade que não é quantificável, mas que é importante para se avaliar o impacto" (DAGNINO, 2001, p. 81).

## Referências

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *Redemocratização e justiça de transição no Brasil*. **Studia historica. História contemporânea**. Salamanca, v. 33, p. 67-85, 2015.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019. Tradução de Sérgio Milliet.

BLAY, Eva Alterman. *Como as mulheres se construíram como agentes políticas e democráticas: o caso brasileiro*. In: AVELAR, Lúcia; BLAY, Eva Alterman (orgs.). **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile**. São Paulo: Edusp, 2017, p. 65-97.

D'ANTONIO, Débora. *Las Madres de Plaza de Mayo y la maternidad como potencialidad para el ejercicio de la democracia política*. IN: BRAVO, María Celia.; GIL LOZANO, Fernanda; PITA, Valeria (orgs.). **Historias de luchas, resistencias y representaciones. Mujeres en la Argentina, siglos XIX y XX**. Tucumán: Editorial Edunt (Editorial de la Universidad Nacional de Tucumán), 2007. p. 283-303.

DAGNINO, Evelina. *Os movimentos sociais e a construção da democracia no Brasil: tendências recentes*. **Journal of Iberian and Latin American Studies**. Melbourne, v. 7, n. 1, p. 75-104, julho de 2001.

LAMOUREUX, Diane. *Público/privado*. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER, Danièle (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 208-213.

LEMOS, Renato Luís do Couto e. **Ditadura, anistia e transição política no Brasil (1964-1979)**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor (orgs.). **Luta, substantivo feminino**. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

MONAY, Ana Carolina. **SobreViver: a reelaboração da identidade de mulheres que passaram pela experiência da tortura na Ditadura Militar brasileira**. Monografia – Departamento de História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

RAGO, Margareth. *As mulheres na historiografia brasileira*. In: SILVA, Zélia Lopes (org.). **Cultura histórica em debate**. São Paulo: Unesp, 1995, p. 81-91.

RIBEIRO, Bruno. **Helenira Resende e a Guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

RIOS, Flavia. *A cidadania imaginada pelas mulheres afro-brasileiras: da ditadura militar à democracia*. In: AVELAR, Lúcia; BLAY, Eva Alterman (orgs.). **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile**. São Paulo: Edusp, 2017, p. 227-253.

SÃO PAULO (Estado). **Infância roubada, crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo: ALESP, 2014.

SARTI, Cynthia Andersen. *O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória*. **Revista Estudos Feministas**, v.12, n. 2, p. 35-50, 2004.

TELES, Janaina. *Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por "verdade e justiça" no Brasil*. In: SAFATLE, Vladimir e TELES, Edson. **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 253-298.

TEIXEIRA, Kelly Cristina. **MULHERES PRESENTE!**: Helena Greco e o movimento feminino pela anistia em Minas Gerais. Tese (doutorado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2019.

TELES, Maria Amélia. *O protagonismo das mulheres na ditadura militar*. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, v. 2, nº. 2, p. 9-18, jun/2014.

WOLFF, Cristina Scheibe. *Corpos narrados nas memórias das ditaduras do Cone Sul*. **SAECULUM – Revista de História**, v. 39, p. 267-278, jul-dez., 2018.

---

**Caroline Rios Costa**

Graduada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

**CurrículoLattes:**

<http://lattes.cnpq.br/8320853295225668>

---

**Artigo recebido em:** 01 de Outubro de 2021.

**Artigo aprovado em:** 26 de Dezembro de 2021.